



Reforma da Previdência passa em primeiro turno na Câmara



ACORDO FINALIZADO MOMENTOS ANTES ASSEGUROU A VOTAÇÃO DA PROPOSTA, QUE RECEBEU 358 VOTOS A FAVOR

Foi aprovada, em primeiro turno, por 358 votos a favor, 126 contra e 9 abstenções, a proposta de emenda constitucional da reforma da Previdência, após 14 horas ininterruptas de negociações e discussões no plenário. O resultado foi divulgado por volta da 0h45min da quarta-feira, dia 6, com a presença de 493 congressistas de um total de 513. O governo obteve 50 votos além do mínimo exigido para a aprovação de emenda constitucional, contando com 62 votos da oposição (PSDB e PFL) a favor da reforma.

Para garantir a aprovação da reforma, a redação aprovada incorporou ao texto mudanças negociadas pelo Planalto com os líderes aliados. Os aliados do Planalto acertaram que o teto salarial dos juízes estaduais deveria ser elevado de 75% para 85,5% da remuneração de ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), mas na discussão de emendas e de destaques, na madrugada de quarta para quinta-feira, esse percentual foi elevado para 90,25%.

Para atender a reivindicações da CUT (Central Única dos Trabalhadores), deverá ser aumentado de R\$ 1.058 para R\$ 2.400 o limite para o pagamento integral das pensões deixadas por funcionários públicos e de R\$ 1.058 para R\$ 1.200 o teto de isenção da cobrança da contribuição solidária dos servidores aposentados e pensionistas nos Estados. Um destaque a ser votado eleva esse teto para R\$ 1.440 no caso dos servidores e pensionistas da União.

Segundo o presidente nacional do PT, José Genoíno, o acordo que possibilitou a aprovação da proposta não afeta a “espinha dorsal do texto”. “O impacto do texto aprovado é positivo, pois o subteto definido é moralizador e o impacto fiscal reduz o rombo da Previdência”, avaliou.

Técnicos do Ministério da Previdência estimaram que as alterações terão “baixo efeito fiscal”. Antes do acordo, a estimativa era de que, com a reforma, o governo teria uma economia de R\$ 50 bilhões no período entre 2004 a 2023.

Se aprovada em segundo turno, a proposta segue para o Senado, onde será analisada pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), que tem um prazo de 30 dias para emitir parecer de admissibilidade, e depois passar por votação em dois turnos em plenário. No Senado, a proposta precisa de 60% dos votos, ou 49 dos 81 senadores. A expectativa é de que não ocorram alterações significativas.

Ameaças

Genoíno criticou a ameaça do presidente da AMB

(Associação dos Magistrados Brasileiros), Claudio Baldino Maciel, que declarou não concordar com o subteto para os juízes estaduais. “Estamos convictos de ter garantido o fim dos privilégios e, para isso, é preciso que os integrantes do Judiciário façam concessões”, disse o petista. Genoíno considera descabido os magistrados questionarem judicialmente a reforma.

Na terça-feira, o PFL tentou uma manobra regimental para adiar a votação ao encaminhar requerimento pedindo votação de artigo por artigo. A proposição do partido foi derrotada pela maioria dos partidos da Câmara. O PFL também impetrou pedido de mandado de segurança no STF contra a reforma.

Genoíno considerou que não há desgaste do governo por causa da reforma. Ele ressaltou que o texto foi aprovado em apenas quatro meses no plenário. “Mostramos que este governo dialoga, sabe negociar, mas é firme nas decisões”, declarou.

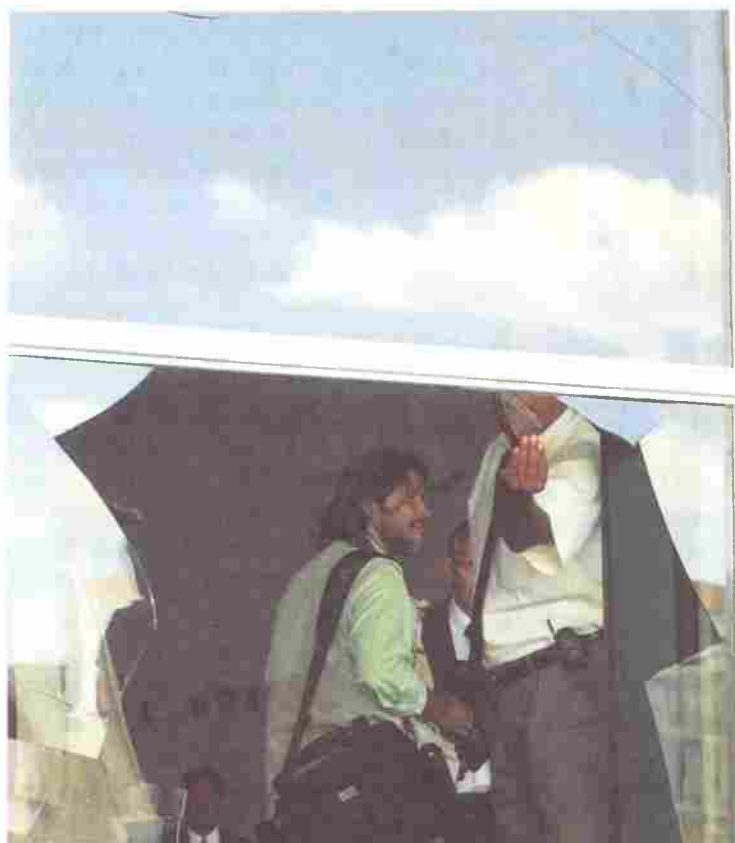
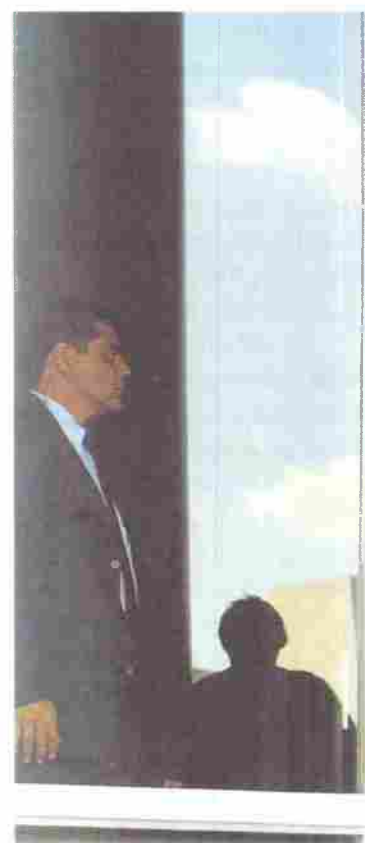
No momento da votação do texto principal, cerca de 2.000 servidores públicos, segundo a Polícia Militar, protestaram contra a reforma do lado de fora da Câmara do Congresso. Por volta das 13h da terça, os servidores tiraram as grades de proteção localizadas no estacionamento da Câmara e tentaram quebrar a porta de vidro da portaria do Anexo 3 da Casa. Ninguém ficou ferido e nenhum manifestante foi preso.

Confronto

Na quarta-feira, dia 6, servidores realizaram uma marcha em Brasília contra a reforma da Previdência que reuniu cerca de 50 mil pessoas, segundo a Polícia Militar. A manifestação acabou em um confronto com seguranças em uma das entradas do Congresso, em que manifestantes quebraram vidros do prédio. Quatro pessoas ficaram feridas.

Os presidentes da Câmara e do Senado, João Paulo Cunha (PT-SP) e José Sarney (PMDB-AP), repudiaram os atos violentos na manifestação e reafirmaram o compromisso do Congresso com a discussão democrática das divergências. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva divulgou nota manifestando solidariedade com o Congresso.

João Paulo classificou a atitude dos manifestantes como crime intolerável e antidemocrático. Ele afirmou ainda que os direitos de manifestação, expressão de opiniões contrárias, debate político e a liberdade de falar e pensar serão assegurados no Legislativo. Haverá uma investigação para apurar os responsáveis pelo confronto na Câmara.



Deputados reunidos no plenário durante a votação da reforma (no alto); e vidro da Câmara quebrado no confronto

Confira os pontos da proposta

A emenda aglutinativa do deputado federal José Pimentel (PT-CE) aprovada em primeiro turno pela Câmara e as alterações promovidas por meio de propostas votadas até o momento fixam o subteto de magistrados estaduais em 90,25% dos vencimentos de um ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), prevê em pensão integral até o limite de R\$ 2.400 e estabelecem faixa de isenção para a contribuição solidária de servidores inativos e pensionistas nos Estados em R\$ 1.200.

Os servidores aposentados têm garantida a paridade. Os 102 mil que já têm condições de optar pela inatividade podem se aposentar a qualquer época, com a garantia de paridade e integralidade. Aos 750 mil que ainda não preenchem os critérios de aposentadoria, é assegurada integralidade para a remuneração bruta no mês de afastamento da ativa. A paridade, para esse segmento, será definida

nos termos de lei a ser elaborada posteriormente.

A reforma da Previdência estabelece novos critérios para a aposentadoria dos servidores públicos. Para homens: 60 anos de idade, 35 anos de contribuição, 20 anos no serviço público e 10 anos no último cargo. Para mulheres: 55 anos de idade, 30 anos de contribuição, mantido os outros dois critérios.

Os futuros servidores receberão aposentadorias integrais até o teto de R\$ 2.400. Para receber acima disso, é preciso recorrer a um fundo de previdência complementar. Segundo a proposta aprovada em plenário, o fundo será público, com contribuição definida e de gestão paritária.

Para servidores com 53 anos de idade e servidoras com 48 anos de idade, é garantido um abono de 11% sobre o salário como estímulo para a permanência no serviço público. Quem, ainda assim, tenha interesse de se apo-

sentar antes de cumprir os critérios estipulados pela reforma da Previdência sofre redução de 3,5% para cada ano de antecipação até o final de 2005. A partir de 2006, o desconto será de 5% por ano.

O pagamento de pensão integral até o teto de R\$ 2.400 beneficia 94% dos servidores públicos dos Estados do Norte e do Nordeste. Nas demais regiões, cerca de 90% dos servidores são beneficiados com pensões integrais. A emenda aglutinativa de Pimentel prevê ainda o pagamento de 50% para o que excede o teto das pensões. Quem recebe benefício de R\$ 6 mil, por exemplo, após a aprovação da reforma, receberá R\$ 3.950.

A faixa de isenção para a contribuição solidária de 11% para os inativos sobe de R\$ 1.058 para R\$ 1.200. O teto dos benefícios pagos pela União será limitado aos vencimentos de um ministro do STF (R\$ 17.343). Nos Estados, o subteto dos servidores

do Executivo é atrelado ao salário do governador e o dos servidores do Legislativo, ao vencimento do deputado estadual. O subteto de 90,25% para os magistrados estaduais será aplicado imediatamente após a promulgação da emenda constitucional.

Para os trabalhadores da iniciativa privada, a reforma da Previdência prevê aposentadoria especial para professores, agricultores e empregados em atividades insalubres. Todos os que se aposentam pelo regime geral são isentos de taxa. O teto dos benefícios do INSS será elevado de R\$ 1.869 para R\$ 2.400.

Representantes sindicais de policiais militares conseguiram que o relator incluisse no texto modificações garantindo tratamento isonômico das categorias militares no que se refere ao tempo especial de aposentadoria (25 e 30 anos) e pensão integral para no caso de morte em serviço.

(Com Agência Informes)

CONJUNTURA

Mercadante rebate ataques aos seis meses do governo

LÍDER DE LULA NO SENADO DIZ QUE GESTÃO DE FHC LEVOU À CRISE

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), ocupou a tribuna da Casa no dia 16 de julho para cobrar uma atuação mais responsável dos partidos da oposição, em particular do PSDB. No dia anterior, o partido do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso havia divulgado o que chamou de balanço dos primeiros seis meses do governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

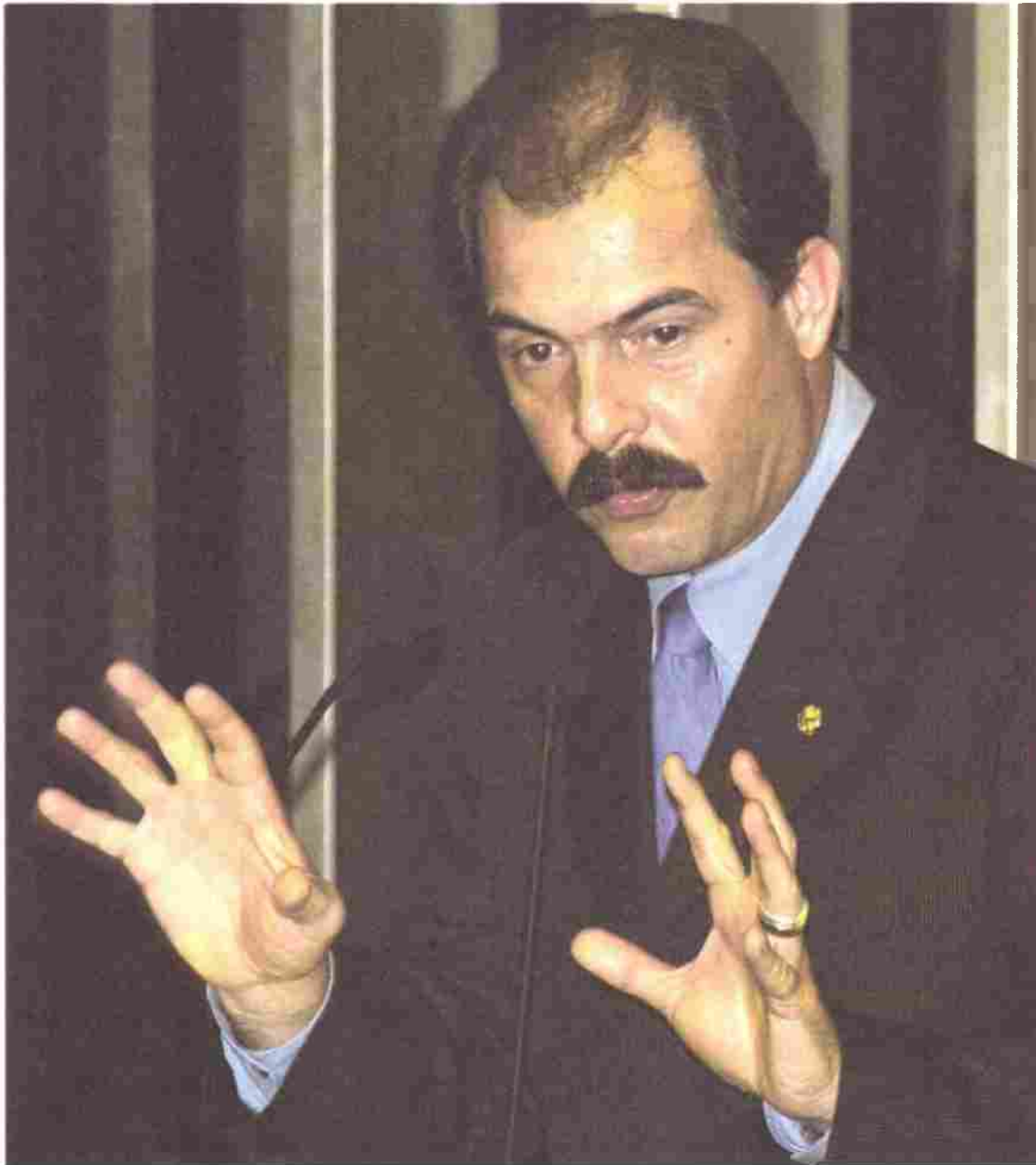
“Trata-se de um panfleto fraco, frívolo e fajuto. Difícil aceitar, em primeiro lugar, o diagnóstico que parte de um raciocínio desonesto sobre a origem da crise”, afirmou Mercadante, refutando a tese dos tucanos de que os problemas econômicos herdados por Lula foram causados, no segundo semestre do ano passado, pelas eleições e pela liderança do petista nas pesquisas eleitorais.

Para o líder do governo, foram os antigos gestores da política econômica, ao falar que havia riscos de o Brasil “virar uma Argentina” e “ocorrer o caos”, que criaram os impasses que, nos primeiros seis meses, o governo Lula começou a resolver. “O Brasil pagou um preço muito alto por isso, sobretudo no processo inflacionário, na deterioração financeira e das contas públicas. Essa é a verdadeira razão do agravamento do quadro econômico durante o processo eleitoral”, disse o senador petista.

Comparações

Mercadante afirmou que, para chegar a tal constatação, basta uma consulta aos números oficiais da economia. “Se analisarmos não os dados de 2002, mas os dados de 2001, vamos observar que a crise já estava presente de forma aguda exatamente pelo descalabro da política econômica que tivemos durante os oito anos do governo Fernando Henrique Cardoso”, destacou o líder do governo.

O déficit em transações correntes, por exemplo, que resulta das transações do Brasil com o resto do mundo e mede a dependência do país em relação a recursos externos, era de US\$ 1,8 bilhão em 1994 e saltou para US\$ 23 bilhões em 2001. “Era essa necessidade de financiamento externo que gerava vulnerabilidade, instabilidade, turbulência e insegurança da eco-



O petista Aloizio Mercadante (SP), líder do governo no Senado, discursa na tribuna

nomia brasileira. Esse quadro se agravou no ano de 2002, com o episódio da crise financeira internacional e com o colapso da economia argentina”, continuou Mercadante.

O senador lembrou ainda que a dívida do setor público, que era de R\$ 61,8 bilhões em 1994, passou para R\$ 624 bilhões em 2001. “Portanto, 900% a mais”, destacou. Em relação ao PIB (Produto Interno Bruto, soma de bens e serviços produzidos pelo país), a dívida passou de 17% para 52% no mesmo período, ou seja, a relação mais do que triplicou entre 1994 e 2001.

Além de apresentar dados econômicos, o líder do governo também refutou as acusações feitas pelos tucanos de fisiologismo e de incompetência. “O Brasil inteiro assistiu às condições em que foi aprovada a reeleição, que, talvez, tenha sido o maior show de fisiologismo de toda a história documentada do país”, afirmou Mercadante. “Eu diria que foi incompetência o modo como foram estabelecidas as agências de regulação, o processo de privatização e o marco regulatório que tantas seqüelas deixaram e em que o país ainda enfrenta imensas dificuldades”, continuou ele.

Em um alerta à oposição, o senador afirmou que “deveria haver um pouco mais de

cuidado, de humildade, de seriedade ao se fazer um balanço do que foram esses seis meses de governo, para que possamos discutir, de forma qualificada e aprofundada, alternativas ao desenvolvimento”. E ressaltou mais adiante: “Não podemos fazer política olhando para trás”.

Iniciativas

Mercadante ofereceu ainda uma análise sobre as ações do governo Lula nos primeiros seis meses. Na economia, o governo baixou a inflação anualizada medida pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado) de, respectivamente, 28,3% e 55,6% em dezembro para 1,79% e 11,4% em junho de 2003.

Ao mesmo tempo, o risco-país, uma medida da confiança dos investidores internacionais no Brasil, passou de 2.303 pontos em setembro, antes da eleição de Lula, para 1.530 em dezembro e 846 em junho. O risco-país indica que, em setembro, os papéis brasileiros pagavam 23% a mais do que títulos dos EUA, caindo para pouco mais de 8% em junho.

“Esse é o resultado na política de estabilização da economia, necessária nessa primeira fase que, evidente-

mente, requereu uma política fiscal rigorosa e uma política monetária dura e necessária para reverter o quadro de aceleração inflacionária e instabilidade, que com grande sacrifício conseguimos atravessar”, afirmou Mercadante. Como consequência, o Banco Central começou a baixar a taxa de juros — o mercado já projeta uma taxa abaixo de 20% para o final deste ano.

O líder do governo destacou ainda outras iniciativas, como o aumento da disponibilidade de recursos para a agricultura, que somam R\$ 32 bilhões — mais de 25% em relação ao total destinado ao setor no ano passado —, além do plano de safra que dará R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar. Ele comemorou também o crescimento de 24% na safra de grãos, que deverá chegar a 120 milhões de toneladas em 2003.

De acordo com o senador, espera-se ainda um crescimento de 10% no comércio internacional do Brasil em 2003, o que contribuirá para a geração de divisas e diminuição da vulnerabilidade externa do país. Por outro lado, a decisão de construir parte de plataformas da Petrobras com empresas brasileiras economizará divisas, contribuindo também para a redução da vulnerabilidade externa.

OPINIÃO

A vitória na reforma da previdência

José Genoio*

A aprovação da reforma da Previdência, em primeiro turno de votação na Câmara, se traduziu numa importante vitória do governo e da sociedade. O governo consolidou sua credibilidade política, fator que será essencial para a retomada do desenvolvimento, para o crescimento da economia e do emprego. Sua base parlamentar, apesar de algumas defecções, mostrou-se sólida e capaz de garantir a sustentabilidade política do governo. É preciso reconhecer também que parcela da oposição portou-se de forma responsável para com o País, consignando votos importantes para aprovar a reforma.

A sociedade ganhou porque os três objetivos fundamentais da reforma foram preservados: a justiça social, o equilíbrio orçamentário e a moralização relativa aos privilégios dos altos salários. No terreno da justiça social a maior conquista foi o estabelecimento de uma aposentadoria pública universal, igualando o funcionalismo público com os trabalhadores da iniciativa privada. Como se sabe, a Previdência é responsável pelo maior déficit estrutural. A aprovação da reforma reduzirá significativamente esse déficit e diminuirá a transferência de recursos tributários advindos dos trabalhadores do setor privado para cobrir as aposentadorias do setor público.

E na medida em que o texto aprovado define o teto de vencimentos para o funcionalismo federal e subteitos para o funcionalismo dos Estados, a reforma introduz um elemento moralizador acabando com as altas aposentadorias dos servidores atuais. Mesmo concedendo que nos Estados o subteito do Judiciário será de 90,25% dos vencimentos dos membros do Supremo Tribunal Federal, a redução das altas aposentadorias será significativa e o impacto fiscal dessa concessão não será alto. Os excessos na atribuição de adicionais aos funcionários públicos serão eliminados.

Outro aspecto relevante da vitória do governo consiste na rapidez com que a reforma foi aprovada. Aprovar reformas da Previdência é algo difícil para os governos de qualquer país do mundo. Protelações, confrontos e desgastes políticos têm sido a regra nesses processos. Desde o envio da reforma ao Congresso pelo presidente Lula até sua aprovação em primeiro turno na Câmara, passaram-se apenas quatro meses. Agora é preciso manter o rumo certo e o pulso firme para aprová-la em

segundo turno na Câmara e depois, no Senado.

O governo, PT e os partidos aliados foram firmes na defesa dos aspectos essenciais da reforma, mas ao mesmo tempo souberam negociar para melhorar a proposta ou para atender demandas legítimas. O PT, ao contrário do que se vaticinava, não recuou ante a pressão de setores contrariados pela reforma. As bancadas do PT e da base aliada cumpriram um papel importante para aumentar a proteção dos setores do funcionalismo que recebem salários mais baixos.

No caso das pensões, por exemplo, aqueles que recebem até R\$ 2.400 serão isentos de descontos. Os que recebem acima desse valor terão desconto de 50% sobre o que exceder o teto. O piso de cobrança de contribuição sobre os vencimentos dos inativos subiu de R\$ 1.058 para R\$ 1.200. Neste caso cabe lembrar que, até agora, muitos Estados e municípios cobravam contribuições dos inativos sem nenhum piso. Emendas parlamentares melhoraram também o sistema de transição dos atuais funcionários, permitindo a integralidade dos vencimentos em troca de um tempo maior de permanência no serviço ativo. Ressalte-se também que a reforma estabelece que lei complementar futura definirá mecanismos para que as pessoas que estão fora do sistema previdenciário ingressem nele a partir de uma contribuição mais baixa. Essa lei beneficiará cerca de 20 milhões de trabalhadores que estão na informalidade.

A sociedade apóia a reforma da Previdência porque sabe que as distorções contidas no sistema impõem sacrifícios a todos pela transferência de impostos e impedem que o Estado defina melhor suas prioridades por ter que cobrir pesados déficits orçamentários. A continuidade do apoio da opinião pública é fundamental para que a Câmara e o Senado concluam com êxito a tarefa que lhes está confiada. A reforma da Previdência não acaba com todos os males. Inclusive, essa reforma deverá ser aperfeiçoada no futuro. Nenhum país conseguiu realizar uma reforma da Previdência em um só ato. Mas da atual reforma da Previdência emergirá, certamente, um Brasil melhor e um pouco mais justo. A aprovação definitiva da reforma abrirá caminhos para que outras mudanças necessárias ao país e à sociedade se consolidem.

* Presidente Nacional do PT

PT NOTÍCIAS **CUPOM DE ASSINATURA**

Assine o **PT Notícias** e fique sabendo tudo o que acontece com o nosso partido e com o governo Lula. Quinzenalmente, o **PT Notícias** chega à sua casa, para deixar você por dentro do que é importante. Basta preencher este cupom, escolhendo a melhor forma de pagar.

PARA FAZER A SUA ASSINATURA:

☐ 1) **Cheque nominal** à Editora Fundação Perseu Abramo.

☐ 2) **Depósito bancário** nominal à Editora Fundação Perseu Abramo: Banco do Brasil C/C 2241-1 Agência 3323-5 (Enviar junto com o cupom preenchido cópia do comprovante de depósito)

☐ 3) **Cobrança bancária.**

☐ 4) **Cartão de crédito:**
☐ Visa ☐ Mastercard ☐ Diners
 Número do cartão: _____
 Data de validade: ____/____/____

Assinatura anual: R\$ 50,00

☐ Sim, eu quero assinar o PTnotícias

Nome _____

Endereço _____

Profissão _____ Tel _____

CEP _____ Cidade _____

Estado _____ CPF _____

E-mail _____

Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino

Filiado(a) ao PT: ☐ Sim ☐ Não

Departamento de Assinaturas da Fundação Perseu Abramo

Rua Francisco Cruz, 234 – Vila Mariana

CEP 04117-091 - São Paulo – SP

Tel.: (11)5571-4299 Ramal 44 - Fax: (11)5571-0910

EXPEDIENTE

PTnotícias

ÓRGÃO DO DIRETÓRIO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

PRESIDENTE NACIONAL DO PT

José Genoio

SECRETÁRIO NACIONAL DE COMUNICAÇÃO

Ozeas Duarte

Ana Ribeiro (assessora)

EDIÇÃO

Ralph Machado - MTb 21.131

REDAÇÃO

Claudio Cezar Xavier, Priscila Lambert

e Walter Venturini

DIAGRAMAÇÃO

Sandra Luiz Alves

APOIO ADMINISTRATIVO

Rodrigo Zamprognia

FOTOS

Agência Brasil

SEDE

Rua Silveira Martins, 132,

São Paulo, SP,

CEP 01019-000

Tel.: (11) 3243 - 1313

Fax: (11) 3243 - 1349

E-mail: ptnot@pt.org.br

Página na internet: www.pt.org.br

Tiragem: 8.000 exemplares

Fotolitos e impressão: Neo Graf

PARTIDO

DN deverá punir três dissidentes

“ELES ESTÃO PRATICAMENTE FORA DO PT”, AFIRMA GENOINO

O presidente nacional do PT, José Genoino, disse na quarta-feira, dia 6, que os deputados federais petistas que votaram contra a proposta de emenda constitucional da reforma da Previdência estão praticamente fora do partido. Oito parlamentares do PT que se abstiveram deverão ter sua situação discutida pelo Diretório Nacional ou pela Comissão Executiva Nacional. Do total, 80 petistas votaram a favor do texto principal da reforma, e houve uma ausência, de César Medeiros (MG).

Luciana Genro (RS), João Batista Babá (PA) e João Fontes (SE) votaram contra o texto principal do relator, o deputado José Pimentel (PT-CE), e também a favor de uma emenda do PFL, derrotada em plenário, que retirava da proposta a contribuição solidária de 11% dos inativos. “Estão praticamente fora do partido. Eles fizeram uma opção formal em atacar o PT e agora espero que eles sejam coerentes e transparentes. Eles não têm laço nenhum com o partido”, disse Genoino.

Luciana, Babá e também a senadora Heloísa Helena (AL) estão sendo avaliados pela Comissão Nacional de Ética e Disciplina, que deve apresentar parecer ao DN em



O presidente nacional do PT, José Genoino, discursa no encontro de governadores, prefeitos(as) e vices em Brasília

setembro. Na mesma reunião, por decisão da Comissão Executiva Nacional, deverá ser avaliado o caso de Fontes, encaminhado diretamente para a análise do DN.

Abstenções

Genoino disse também que o DN deverá analisar a situação dos oito deputados federais que se abstiveram da votação do texto principal. Na votação das emendas e dos destaques, porém, esses par-

lamentares votaram conforme a orientação do PT e da bancada. Os parlamentares são Walter Pinheiro (BA), Chico Alencar (RJ), Ivan Valente (SP), Maninha (DF), Orlando Fantazzini (SP), João Alfredo (CE), Paulo Rubem (PE) e Mauro Passos (SC).

“Com a votação [que ajudou a manter os principais pontos da reforma, na madrugada de quarta para quinta-feira], tudo se resolve politicamente. Vou solicitar ao di-

retório que não haja nenhum tipo de punição”, disse Genoino sobre os oito parlamentares, de acordo com a edição do dia 8 da *Folha de S.Paulo*.

Em julho, o Diretório Nacional do PT aprovou resolução em que fechava questão a favor da votação da reforma da Previdência. A decisão foi ratificada pela Comissão Executiva Nacional no dia 29 de julho. A resolução do DN destacava que, por se tratar de questão técnica e política,

não se aplicaria no caso o disposto no § 2º do Artigo 67 do estatuto do PT, relativo à dispensa do cumprimento de decisão coletiva motivada por “graves objeções de natureza ética, filosófica ou religiosa, ou de foro íntimo”.

O líder da bancada petista na Câmara, Nelson Pellegrino (BA), quer que a questão seja discutida com serenidade. “Com calma, devemos conversar com os companheiros e analisar o que deve ser

feito. Mas não defendo a punição”, afirmou. O presidente da Câmara, João Paulo Cunha (PT-SP), também disse que é preciso calma na decisão sobre quem se absteve. “Acho que os que se abstiveram, tiveram suas razões. Agora temos de conversar com eles para saber essas razões”, disse João Paulo.

Declaração de voto

Outros 24 deputados federais do PT votaram a favor do texto mas fizeram declaração de voto em posição anunciada na tribuna por Iriny Lopes (ES). A deputada disse que o grupo votaria a favor do projeto, mas continuaria lutando para que o governo Lula mudasse a agenda e iniciasse uma nova fase para o crescimento econômico e a inclusão social.

Além de Iriny, assinam a declaração os deputados Tarcisio Zimmermann (RS), Iara Bernardi (SP), Wasny de Roure (DF), Doutor Rosinha (PR), Guilherme Menezes (BA), Luiz Alberto (BA), Lindberg Farias (RJ), Luciano Zica (SP), Henrique Fontana (RS), Fernando Gabeira (RJ), Gilmar Machado (MG), Selma Schons (PR), Fátima Bezerra (RN), Adão Pretto (RS), Teresinha Fernandes (MA), Antonio Carlos Biscaia (RJ), Luci Choinacki (SC), Cláudio Vignatti (SC), Jorge Boeira (SC), João Grandão (MS), Ary Vanazzi (RS), Ivo José (MG) e Orlando Desconsi (RS).

Combate ao Racismo faz cinco seminários regionais

A Secretaria Nacional de Combate ao Racismo do PT está organizando, nas cinco regiões do país, seminários com militantes do partido e com a sociedade em geral para ampliar os debates sobre a política de promoção de igualdade racial e sobre as ações do governo federal em geral.

“O partido tem que ir à base para discutir com setores organizados esse momento do governo”, afirma Martvs Chagas, secretário nacional de Combate ao Racismo do PT. Segundo ele, o primeiro dos seminários, realizado nos dias 2 e 3 de agosto, em Curitiba (região Sul), apontou que há uma grande demanda por parte da militância por informações sobre as ações da cúpula do partido e do governo federal. “O partido precisa refinar as informações, que chegam a eles apenas pela mídia. Precisamos dar instrumentos para defesa do nosso governo”, disse o secretário. Deste primeiro evento participaram cerca de 120 pessoas de 15 municípios dos três Estados da região Sul.

Os próximos seminários, que têm como tema “PT, Governo e Sociedade — O Caminho para a Igualdade Racial”, ocorrerão nas seguintes datas e locais: dias 16 e 17 de agosto, em Belo Horizonte (região Sudeste); dias 30 e 31 de agosto, em Belém (região Norte); dias 13 e 14 de setembro, em Goiânia (região Centro-Oeste); e dias 4 e 5 de outubro, em Recife (região Nordeste).

As resoluções resultantes dos seminários regionais serão

SEMINÁRIOS REGIONAIS

PT, GOVERNO E SOCIEDADE

O caminho para a igualdade racial

SUL • 02 e 03 de agosto - Curitiba - PR

SUDESTE • 16 e 17 de agosto - Belo Horizonte - MG

NORTE • 30 e 31 de agosto - Belém - PA

CENTRO-OESTE • 13 e 14 de setembro - Goiânia - GO

NORDESTE • 04 e 05 de outubro - Recife - PE

Secretaria Nacional de Combate ao Racismo

DIRETORIO NACIONAL

Cartaz do ciclo de seminários promovidos pela SNCR

levadas para discussão em um grande seminário nacional de Combate ao Racismo, que será realizado nos dias 6, 7 e 8 de novembro, em Brasília, e contará com a presença do presidente nacional do PT, José Genoino, ministros e parlamentares do núcleo de negros. “Nossa intenção é formular uma publicação com o material que os seminários produzirem. O conteúdo servirá para balizar a atuação do partido e também dos militantes na sociedade civil”, ressal-

tou Martvs. Nos eventos regionais, além da militância, são convidados gestores de políticas públicas das prefeituras do PT e parlamentares. A ministra Matilde Ribeiro, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), também estará representada nos seminários.

Os eventos são realizados pela Secretaria Nacional de Combate ao Racismo em parceria com as secretarias estaduais dos diretórios regionais do PT.

Morre a deputada do Piauí Francisca Trindade, aos 37

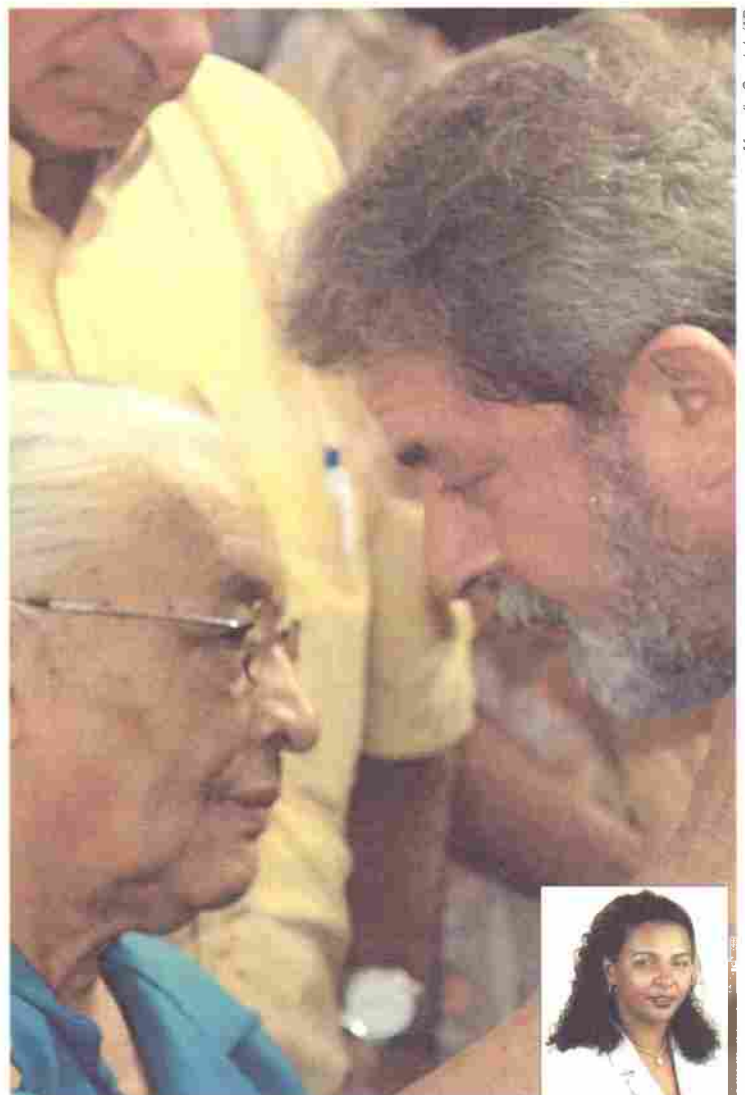
O PT perdeu, no último dia 27, a deputada federal mais votada da história do Piauí. Francisca das Chagas da Trindade, 37 anos, morreu no dia 27 de julho, vítima de um aneurisma cerebral.

A deputada nasceu em 26 de março de 1966, em Teresina, capital do Estado, e cumpria o seu primeiro mandato como deputada federal, eleita com 165.190 votos — número recorde no Piauí. Antes, havia sido vereadora em Teresina (de 1995 a 1996 e depois de 1997 a 1998) e deputada estadual (1999 a 2003).

Francisca foi líder comunitária no bairro Água Mineral, na periferia de Teresina, onde começou sua militância nos grupos de jovens. Ela era filiada ao PT desde 1985, participando da construção do partido no Estado. Em 1992, foi a primeira suplente na Câmara Municipal de Teresina, com 998 votos, assumindo posteriormente a vaga. Em 1996, reelegeu-se com 4.270 votos, sendo a mulher mais votada naquela eleição municipal e a quinta no total geral. Em todos os seus mandatos, destacou-se na luta pela moralização na política.

Para o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), a morte da deputada significou uma “perda gigantesca” para o Estado. “Ela vinha sendo a interlocutora entre os movimentos sociais do Estado e os ministérios em Brasília”, afirmou, ao citar algumas parcerias realizadas recentemente graças à sua articulação.

“No momento em que pas- sou mal, ela participava da



Lula consola a mãe de Francisca (dir.)

assinatura de um convênio de R\$ 1,7 milhão para a área de piscicultura que ela vinha batalhando há muito tempo”, afirmou Wellington. A deputada discursava durante conferência em Teresina, quando desmaiou e foi levada para um hospital. Transferida para São Paulo, ela não resistiu.

Mais de cem mil pessoas acompanharam velório e enterro. Inúmeras autoridades estiveram presentes, como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente nacional do

PT, José Genoino, ministros, senadores e deputados.

Assumiu a vaga na Câmara, no dia 5, Nazareno Fonteles (PT-PI), secretário estadual de Saúde do Piauí. Ele se licenciou do cargo no dia seguinte e permanece no Piauí até dezembro para concluir o processo de habilitação do Estado como gestor pleno do sistema de saúde. Até lá, o mandato será exercido pelo segundo suplente, Simplício Mário, ex-presidente do Sindicato dos Bancários do Piauí.

GOVERNO

Carta reitera apoio ao presidente

GOVERNADORES, PREFEITOS E VICES DO PT ENTREGAM DOCUMENTO A LULA EM REUNIÃO NO PALÁCIO DO PLANALTO

Governadores, prefeitos e vice-prefeitos petistas aprovaram em Brasília, no dia 5, uma carta aberta ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva em que manifestam apoio à condução do governo e às reformas. A carta foi entregue pessoalmente ao presidente no Palácio do Planalto, por uma delegação de governadores e prefeitos do PT.

“Este foi o ato político mais significativo do encontro que o PT realizou em Brasília”, afirmou Paulo Ferreira, secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT. “O documento expressa uma opinião unânime de apoio por parte dos governantes municipais e estaduais à política econômica geral do governo”, disse Ferreira.

Na carta, os governantes afirmam que os projetos de mudança na Previdência e no sistema tributário enviados ao Congresso atendem “de modo inequívoco” as necessidades gerais do país por mais justiça social e pela busca do equilíbrio nas contas públicas.

O documento defende que as soluções para as dificuldades financeiras momentâneas que assolam os Estados e municípios sejam discutidas nos fóruns que o governo vem implementando, “evitando-se, assim, iniciativas pulverizadas que sobressaltam à sociedade brasileira”. “[As dificuldades financeiras] requerem urgentes medidas mitigatórias, destinadas a aliviar as tensões e preparar o terreno para a retomada de desenvolvimento econômico-social.”

Sobre esta questão, que envolve a crise financeira por que passam os municípios, o presidente Lula respondeu, segundo Ferreira, que gostaria que aqueles “que se manifestam sobre a crise o tivessem feito antes”, referindo-se a políticos da oposição, que integravam o governo anterior, responsável por essas dificuldades orçamentárias.

Participam do “Encontro Nacional — O Governo Lula e as Reformas” os quatro governadores petistas, 120 dos 187 prefeitos do partido e 26 vice-prefeitos. O encontro, que teve abertura do presidente nacional do PT, José Genoino, contou com um painel sobre as reformas e suas repercussões nos Estados e municípios. Os conferencistas foram os ministros José Dirceu (Casa Civil), Antônio Palocci (Fazenda) e Ricardo Berzoini (Previdência).

Anteriormente, os deputados estaduais e os vereadores do PT também elaboraram cartas de apoio ao governo Lula. Leia, a seguir, a íntegra da carta dos governadores e prefeitos ao presidente.

Carta Aberta ao Presidente Lula

Nós, governadores, prefeitos e prefeitas do PT, reunidos em Brasília na data de hoje, avaliando a conjuntura do país e o contexto das propostas para Previdência e para o sistema tributário em tramitação no Congresso Nacional, resolvemos transmitir a V. Excia. o que se segue:

O governo de V. Excia. herdou uma situação econômica gravíssima e, de maneira firme e responsável, com medidas fiscais apropriadas, impediu que a mesma se degenerasse.

Assim, entendemos que são corretos os rumos gerais que o governo está imprimindo ao país, ainda que momentaneamente eles possam causar dificuldades e críticas.

Os projetos de mudança na Previdência e no sistema tributário enviados ao Congresso Nacional atendem de modo inequívoco as necessidades gerais do país por mais justiça social e pela busca do equilíbrio nas contas públicas, base para a retomada sustentável do crescimento econômico.

V. Excia. tem dado demonstrações claras e inofensíveis de que deseja reequilibrar o pacto federativo. Prestigiu e compareceu de forma inédita ao lado de seu ministério, a 6ª Marcha de Prefeitos, ocasião em que foi pactuada a criação do Comitê Federativo, espaço institucional destinado a fazer convergir as propostas e encaminhamentos dos municípios, no âmbito do Poder Executivo federal.

Reuniu-se sucessivamente com os governadores brasileiros, no afã de construir propostas convergentes nas questões tributária e previdenciária, numa demonstração igualmente inédita de compartilhamento democrático.

Por outro lado, V. Excia. instituiu e implementou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, exortando a participação dos mais expressivos setores da sociedade civil organizada de nosso país. Desse conselho emergiram e continuam emergindo diretrizes centrais para a retomada do desenvolvimento econômico social brasileiro, inclusive as que norteiam os projetos já mencionados.

Os Estados e municípios não podem e não devem se omitir no atual quadro conjuntural, protagonizando no Congresso Nacional os debates das mudanças necessárias e fazendo valer seus interesses e pontos de vista, porém resguardando o interesse geral do país.

As dificuldades financeiras e orçamentárias momentâneas que assolam os entes federativos requerem urgentes medidas mitigatórias, destinadas a aliviar as tensões e preparar o terreno para a retomada do desenvolvimento econômico-social. Essas medidas podem e devem ser discutidas no âmbito dos fóruns que o governo de V. Excia. criou e vem implementando, evitando-se, assim, iniciativas pulverizadas que sobressaltam à sociedade brasileira.

V. Excia. esteja certo de que os seus companheiros governadores, prefeitos e prefeitas, vice-prefeitos e vice-prefeitos estão mobilizados em torno das diretrizes gerais do Partido dos Trabalhadores em apoio ao seu governo, o qual expressa o desejo de todos os brasileiros de mudar o Brasil.

Brasília, 5 de agosto de 2003



O presidente Lula, cercado por prefeitos do PT durante reunião no Palácio do Planalto



Mesa do encontro de governadores e prefeitos(as) do PT realizado em Brasília

Petista ataca ‘greve’ de prefeitos

O secretário nacional de Assuntos Institucionais do PT, Paulo Ferreira, afirma que há uma “nítida manipulação” sobre as razões, apresentadas por prefeitos, para uma “provável diminuição” no repasse do FPM (Fundo de Participação dos Municípios).

O dirigente petista explica que os números apresentados pelas entidades representativas das prefeituras são baseados em comparativos entre meses com características de arrecadação diferenciadas, em vez de comparativos anuais “mais honestos”.

“Algumas prefeituras petistas estão sofrendo os efeitos desta crise de arrecadação, mas não se justifica atribuí-la ao governo Lula”, disse ele, explicando que há motivações eleitorais no protesto dos prefeitos.

As entidades representativas de prefeituras falam em 30% de queda no repasse dos últimos dois meses, em relação a maio. Segundo Ferreira, estes são meses em que há incidência diferente de im-



Ferreira, secretário nacional de Assuntos Institucionais

postos. “Num comparativo anual, a queda do repasse deve ser de, no máximo, 1,5%, variação que segue a série histórica, baseada no ritmo da economia e do funcionamento do governo”, explicou.

Ele lembrou que, economistas e “opiniões consistentes” sobre o assunto, esclarecem que os últimos anos do governo FHC levaram à redução da atividade econômi-

ca, com consequências tributárias, devido ao acordo com o FMI (Fundo Monetário Internacional). “O governo Lula está sendo obrigado a pilotar a economia em condições de extrema vulnerabilidade”, disse Ferreira.

Criatividade

Ferreira considera absurda a paralisação de alguns prefeitos em protesto pela re-

Presidente defende um novo pacto

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou, em conversa com governantes do PT, que as dificuldades financeiras enfrentadas pelos governos estaduais e prefeituras são culpa dos governos anteriores. Para ele, “muita gente que está reclamando hoje poderia ter reclamado antes”.

Segundo Lula, administrações anteriores preferiram empobrecer os municípios e Estados para que prefeitos e governadores “não saíssem dos gabinetes de ministros pedindo ajuda”.

O presidente defendeu um novo pacto federativo e afirmou que esse é um dos objetivos da reforma tributária. “Não há uma solução mágica para o Brasil, essa construção será feita junto com prefeitos, governadores e sociedade”, ressaltou.

Outra crítica ao governo anterior foi sobre a educação. Segundo Lula, 52% das crianças de quarta série, no Brasil, não sabem interpretar um texto e 59% delas não sabem as quatro operações matemáticas.

“Isso é tão grave quanto a situação econômica do país, quanto a dívida externa e interna. Durante tantos anos, se fez tanta propaganda e a gente constata que mais uma vez as nossas crianças não tiveram o cuidado necessário”, disse.

O presidente ressaltou ainda que novos desafios surgirão, mas seu governo continuará no mesmo caminho. “Não faltarão aqueles que irão jogar casca de banana para tentar atrapalhar a nossa chegada ao objetivo comum, que é fazer o Brasil crescer, gerar empregos, distribuir renda e melhorar a qualidade de vida do nosso povo”, disse.

dução do repasse. Cerca de 100 prefeituras paulistas interromperam a prestação de serviços públicos no início de agosto. Para o dirigente do PT, há uma descaracterização do papel inerente da prefeitura como agente público, quando ocorre uma greve dessas.

Ferreira informa que as prefeituras do PT têm buscado alternativas de equacionar as dificuldades. “Somos conhecidos pela criatividade na apresentação de projetos, racionalização da aplicação de recursos e combate à corrupção”, declarou, ponderando que outras administrações mantêm “um grande nível de desperdício”.

As prefeituras pequenas, de acordo com Ferreira, têm seus recursos restritos ao FPM, por não contar com recursos próprios como ISS e IPTU. “Nossas prefeituras buscam maior autonomia na geração de recursos e têm também uma política mais ofensiva de cobrança de impostos e da inadimplência”, afirmou.